

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Revogação de visto de embaixadora é ação eleitoral dos Estados Unidos

O governo brasileiro avalia que a revogação do visto da embaixadora nos EUA, Maria Luiza Viotti, não tem consequências econômicas. Trata-se de uma tentativa do secretário de Estado daquele país, Marco Rubio, de interferir, nas eleições brasileiras.

Não se sabe o nível de envolvimento do presidente Donald Trump no assunto. Por isso, não há ainda uma decisão do governo brasileiro de como reagir. A princípio, no entanto, a ideia é não escalar o problema.

Do ponto de vista das relações administrativas e econômicas com os EUA, a Embaixada continuará ativa, sob o comando dos ministros-conselheiros do setor Econômico e de Negócios; o do setor Político e de Relações com o Congresso; e o de Assuntos Administrativos, Culturais e de Imprensa. Normalmente o encarregado de Negócios responde na ausência dos titulares das embaixadas.

Maria Luiza Viotti não foi declarada “persona non grata”. Permanecerá nos EUA. Deve continuar atuando informalmente no comando da equipe da Embaixada até que se resolva a questão diplomática entre os dois países.

Quem cuidará diretamente das negociações de alto nível será o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e o Palácio do Planalto – ou seja, o próprio presidente Luiz

Inácio Lula da Silva e o assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais, o ex-ministro Celso Amorim.

A diplomacia brasileira quer agora entender como tratar o problema: é apenas um mal estar ou uma crise diplomática? Pode-se deixar para resolver o assunto depois das eleições presidenciais aqui no Brasil e nos EUA?

Segundo a Secretaria de Estado norte-americana, o agrément da embaixadora foi revogado devido à demora do Brasil em conceder o aval à vinda de Daniel Perez, indicado em 1º de junho pelo presidente Donald Trump para assumir como embaixador no Brasil.

Filho de cubanos como Marco Rubio, Perez é presidente da Câmara de Representantes da Florida (equivalente a Assembleia Legislativa) e muito ligado política e ideologicamente ao secretário de Estado.

A lentidão em conceder seu agrément se deveu ao fato de Perez ter sido anunciado publicamente por Rubio sem consultas informais o governo brasileiro, como é praxe na diplomacia. A ideia era esperar até depois das eleições para formalizar a aceitação no Brasil.

Agora há dúvidas no Palácio do Planalto se a simples e rápida concessão do agrément para o embaixador norte-americano terá a reciprocidade dos EUA quanto ao visto para Maria Luiza Viotti. Se for assim, estará tudo resolvido. Mas a expectativa é de que o assunto ainda deve render por algum tempo e por algumas rodadas de conversa.

Afinal, os presidentes de ambos os países não querem guerra aberta, mas torcem pela derrota um do outro. Ambos gostariam de esperar para ver o resultado das urnas. Elas só devem se revelar no final do ano.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

A parte da direita que rejeita Flávio Bolsonaro

A pesquisa Alfa Inteligência/TMC indica ser precipitado dizer que eleitores de candidatos de direita à Presidência que hoje patinam nas intenções de voto transfeririam a quase totalidade de seus votos para Flávio Bolsonaro (PL) em um segundo turno.

O senador seria o escolhido, na segunda rodada, pela maioria dos que preferem Ronaldo Caiado (PSD), Romeu Zema (Novo) e Renan Santos, mas parte significativa desses eleitores rejeita optar pelos prováveis finalistas; outra, minoritária, votaria em Lula (PT).

Os mais resistentes a Flávio são os 7% que, na pesquisa, declararam voto em Caiado. No universo desses eleitores, 53%, em um segundo turno, seguiriam o rumo da direita e digitariam o número de Flávio, mas 22% ficariam com o atual presidente e 23% não optariam por nenhum deles. Ou seja: entre os que hoje preferem o ex-governador de Goiás, 45% rejeitam o candidato do PL.

Entre os 6% dos pesquisados que disseram votar em Zema, o pé atrás em relação a Flávio é menor: 71% ficariam ao lado dele no segundo turno, 10% migrariam para o petista e 18% engrossariam as filas dos nem-nem. No caso dos eleitores de Renan Santos, que representam 3% dos ouvidos, 58% vestiriam a camisa amarela bolsonarista; mas 16% optariam pelo vermelho petista; 22% resistiriam

as duas opções cromáticas.

Parcela considerável dos eleitores de Flávio demonstrou que também não engoliria outro candidato de direita em um segundo turno caso Flávio não seja o escolhido para enfrentar Lula: 21% não votariam em Caiado; 20% rejeitariam Zema e 27% deixariam Santos de lado. A pesquisa reforça que uma absoluta rejeição a Lula entre os bolsonaristas: ficou zerado o percentual dos que, entre os eleitores de Flávio, optaria por ele em caso de disputa contra um outros nome da direita.

O segundo turno é um calo do petista. Para tentar resolver a disputa de cara, ele trabalhou contra qualquer outra candidatura de esquerda: para vencer na primeira rodada, um candidato precisa ter mais votos que a soma dos adversários. O problema é que opção facilita uma aglutinação à direita em caso de mano a mano.

No segundo turno de 2022, Lula recebeu muitos dos votos antes atribuídos a Simone Tebet (4.915.423; 4,16% do total). Sua votação adicional, porém, foi menos da metade da obtida, entre as duas rodadas, por Jair Bolsonaro: o petista recebeu 3.086.495 votos a mais; o adversário, 7.134.009.

Segundo a pesquisa Alfa, Lula, em 2026, teria no segundo turno cinco pontos percentuais a mais de votos do que no primeiro; enquanto Flávio agregaria 12. Na convenção do PT, o presidente disse que abandonaria sua versão “paz e amor” e adotaria o perfil “porreta”. Seu desafio é ajustar a mudança para não afastar eleitores de uma parcela da direita, minoritária no universo conservador, que será decisiva em outubro.

Editorial

São Paulo em destaque no mapa de segurança

O novo Anuário Brasileiro de Segurança Pública trouxe um dado que merece ser observado para além do ranking: as dez cidades brasileiras com as menores taxas de mortes violentas intencionais estão concentradas em apenas dois estados. Sete são paulistas e três catarinenses. Em um país marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e institucionais, essa concentração não pode ser tratada como mera coincidência.

É importante evitar conclusões simplistas. Nenhum estado está imune à criminalidade e nem mesmo os melhores indicadores significam ausência de violência. Ainda assim, quando uma tendência se repete ao longo dos anos, ela passa a indicar que determinados caminhos podem estar produzindo resultados mais consistentes do que outros.

No caso de São Paulo, os especialistas há anos apontam uma combinação de fatores. O investimento contínuo em inteligência policial, integração entre as forças de segurança, uso crescente de tecnologia, monitoramento por câmeras e sistemas de compartilhamento de informações ajudaram a reduzir a violência letal de forma gradual. Em Santa Catarina, embora o contexto seja diferente, também aparecem elementos como cidades de porte médio, maior integração institucional e indicadores sociais mais favoráveis.

Isso não significa que exista uma fórmula pronta. Segurança pública é um tema complexo, influenciado por educação, urbanização, oportunidades econômicas, combate ao crime organizado e eficiência do sistema de Justiça. Mas os números sugerem que políticas de longo prazo, mantidas independentemente das mudanças de governo, tendem a produzir resultados mais sólidos do que ações pontuais.

Outro aspecto que chama atenção é a presença de quatro cidades da Região Metropolitana de Campinas entre as dez primeiras colocadas. Santa Bárbara d’Oeste, Indaiatuba, Valinhos e Itatiba demonstram que bons resultados não estão restritos às capitais ou aos grandes centros.

Ao mesmo tempo, o ranking evidencia um Brasil dividido. Enquanto São Paulo e Santa Catarina concentram os melhores indicadores, as dez cidades mais violentas do país estão todas no Nordeste, reflexo de uma realidade marcada por disputas entre facções, vulnerabilidade social e desafios históricos para o poder público.

Mais do que celebrar posições em um ranking, o anuário deveria servir como ponto de partida para uma pergunta necessária: o que essas cidades fizeram de diferente e quais dessas experiências podem ser adaptadas à realidade de outras regiões? A resposta certamente não será única.

Talvez esteja justamente aí o principal mérito do levantamento: mostrar que reduzir a violência letal não depende de medidas isoladas ou de soluções imediatas, mas de políticas públicas consistentes, planejamento e continuidade administrativa.

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal